

Bogotá, a sede da reunião dos devedores.

A notícia, divulgada em Buenos Aires, foi confirmada em Brasília.

Os chanceleres dos países latino-americanos que se dispuserem a participar de uma ação conjunta contra os elevados juros internacionais deverão reunir-se em Bogotá no final deste mês ou início de junho. A data e o local da reunião, que oficialmente ainda não estavam decididos, foram divulgados ontem pelo diário argentino *La Nación*, que não indicou a fonte da informação.

Também em Buenos Aires, comentava-se ontem nos meios políticos que a decisão da Venezuela e da República Dominicana de se unir à Argentina, Brasil, Colômbia e México para delinear uma estratégia comum diante da dívida externa fortaleceu a frente latino-americana que se está formando. Até o momento, essa frente já conseguiu a adesão do Equador, Chile, Bolívia e Peru, além de ter o apoio de Cuba.

Aliás, essa iniciativa vem conseguindo uma unanimidade inédita na América Latina, conseguindo unir governo e oposição até em países onde essas posições eram consideradas irreconciliáveis. Esse é o caso, por exemplo, do Chile, onde, com ênfase ligeiramente diferente, governo e oposição elogiaram ontem a proposta de se traçar uma estratégia conjunta para o problema. "O Chile está muito interessado em qualquer acordo coletivo para tratar dessa questão", disse Modesto Collados, ministro da Economia e chefe da equipe econômica do governo Pinochet.

Fenômeno semelhante está ocorrendo na Argentina, onde Raul Matera, dirigente do Movimento Justicialista (peronista), manifestou ontem seu apoio à decisão do presidente Raul Alfonsín de somar seu esforço aos de outros países latino-americanos. Segundo Matera, "esse é o começo de uma nova etapa que acabará com a indefinição em que se encontravam as nações do Continente diante das pressões dos bancos internacionais".

O presidente do Partido Intransigente de Izquierda, Oscar Alende, por sua vez, disse que "celebramos este plano de defesa conjunta, uma vez que a dívida externa, em sua forma atual, é incobrável e impagável".

No México, em meio a um entusiasmo quase generalizado, pesquisadores da Universidade Nacional advertiram que "se pode esperar" campanhas de rumores e de desestabilização contra os governos que apoiam a idéia da frente comum. No caso do México, disse Juan Arancibia, do Instituto de Investigações Econômicas da universidade, poderão ocorrer especulações que ponham em jogo a aparente estabilidade do peso na fronteira.

A idéia de uma ação comum, porém, foi novamente defendida ontem, em Santiago do Chile, pelo secretário-executivo da Comissão Econômica para a América Latina (Cepal), o uruguai Enrique Iglésias. Segundo ele, não se trata de criar um "clube dos devedores" ou de negociar a dívida de forma global, "já que isso é impossível". O que se pretende, disse ele, "é que os países que têm altíssimas dívidas possam sentar-se à mesa de negociações com um critério comum, com o objetivo de obter melhores condições para o cumprimento de seus compromissos".

Ao referir-se ao documento divulgado sábado pelos presidentes da Argentina, Brasil, Colômbia e México, ele disse que isso "mostra que a sensibilidade política da região chegou a um ponto máximo e que estamos em um momento em que é preciso fazer algo para enfrentar esta conjuntura, que está tornando cada vez mais difíceis as políticas de reativação ou de administração da recessão. Um momento em que elevações das taxas de juros consomem, em um só dia, parcelas importantes da produção nacional".